Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil do Município de Santos – **CM-PETI**. Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, às nove horas e doze minutos, no endereço eletrônico: https://meet.google.com/eyd-xqux-zvt, (devido às regras de isolamento social diante da pandemia da covid-19), com a presença dos integrantes da Comissão, que foram orientados a preencher formulário disponibilizado no chat, gerando a em lista em anexo. Srª Nélia Eleutério secretária da comissão justifica que está em consulta médica, neste sentido pediu Srª Marina Carvalho para dar inicio e andamento a reunião, logo que possível estará participando da assembleia. O Coordenador da CM-PETI Sr. Cláudio de Oliveira por motivo pessoal não pode estar presente nesta reunião, contando com o apoio da secretária Nélia Eleutério, Sandra Regina, Marina Carvalho e Raquel Cuellar que conduziram esta AGO**.** Srª Sandra Regina parabeniza o conselheiro Marcos pelo Dia do Conselheiro Tutelar. **1. Aprovação da ata do mês de outubro de 2021**: A ata foi aprovada por unanimidade, sendo realizada uma correção na linha 116 onde estava escrito Mariana e o correto é Marina. **2. Organizar a equipe de panfletagem e sensibilização de dezembro no Gonzaga:** No dia 11/12/2021, no período das 15 horas à 17 horas será realizada uma sensibilização sobre a erradicação do trabalho infantil nas ruas do bairro do Gonzaga utilizando os materiais (lixeirinhas, Cartazes e faixas) comprados com recursos do Fundo municipal da Criança e Adolescente. Neste dia uma equipe estará colando os cartazes informativos nas lojas e outra equipe estará conversando com os munícipes. Estarão participando deste trabalho: a equipe de abordagem, Srtª Raquel Cuellar (ASPPE), Srª Marina Carvalho (SEDS), Ana Rosa Platzer (SEVIEP), Srª Sandra Regina (Gab. Vereador), Sr. Luis Trajano (SEFIN) Luiz Fernando (SESEG), Marcos Bento (Conselho Tutelar) e Nélia Eleutério (Fundação Settaport)**.** Srtª Raquel Cuellar estará conversando com a administração do CDL e Shopping Miramar sobre autorização para colagem dos cartazes. No dia 08/12/2021 às 15 horas equipe trabalho desta ação estará se reunindo para alinhar os detalhes da sensibilização. A reunião será realizada pelo mesmo link desta assembleia. Srtª Raquel Cuellar destacou a importância da participação do CMDCA nesta ação. **3. A apresentação do plano de utilização do saldo reprogramado da AEPETI, aprovado na última AGO do CMAS;** Srª Marina representante da Secretaria de Desenvolvimento Social nesta comissão CM-PETI, apresentou o Plano de Ação do Saldo Reprogramado APETI aprovado na Assembleia do mês de outubro do CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social. As ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem uma intersecção com a Comissão, mas são questões distintas. A comissão está dentro de um espaço de controle social, é uma comissão que tem uma integração com o conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente e tem o papel de monitorar e avaliar as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil, já o programa de erradicação do trabalho infantil ele faz parte de uma política social do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e tem como diretriz a articulação de diversos atores das políticas sociais órgãos envolvidos na proteção integral de crianças e adolescentes e a sociedade de modo geral. São objetivos semelhantes, mas são locais de atuação distintos. O PETI é um programa governamental, de âmbito federal existente desde 1996, já passou por várias adequações ao longo destes anos e atualmente ele tem esta diretriz da articulação, de diversos agentes e é dividido em cinco eixos estruturantes: O Primeiro eixo é de Informação e Mobilização relacionado a sensibilização da comunidade, divulgação dos malefícios do trabalho infantil, tanto

dentro da organização do poder público, quanto para fora para sociedade. O Segundo eixo da Identificação, pensando que existem vários serviços e órgãos que são responsáveis por fazer a identificação e notificar o sistema de informação, no caso na assistência é o cadastro único, na saúde a ficha da vigilância epidemiológica, para dar visibilidade a este fenômeno e fazer o planejamento de políticas públicas. Na elaboração do plano da CM-PETI é importante saber os dados quantitativos e qualitativos para poder estudar este fenômeno e pensar propostas adequadas para a realidade do município. O Terceiro eixo Proteção que visa integrar várias políticas públicas no atendimento as famílias das crianças e adolescentes com vivências do trabalho infantil, considerando as quais são as dificuldades existentes para essas famílias que favorecem a continuidade destas violações destes direitos. O Quarto eixo da Defesa e responsabilização, pensando que existem formas de trabalho infantil que estão no campo ilícito, como: Tráfico de drogas, Exploração sexual, Cadeias de crime organizado que precisaria de uma ação conjunta de órgãos do sistema de justiça para desarticular este processo, além disso, este eixo fala de forma de trabalho que acontece dentro de cadeias produtivas de espaços de relação de empregador de adolescente que trabalha em comércios, aplicativos de tecnologia da informação que estão utilizando mão de obra de adolescente na entrega de comida, delivery e estes trabalhos precisam ser fiscalizados pela Gerencia Regional do Trabalho e pelo Ministério Público do trabalho. Este eixo traz a responsabilidade de articulação com esses atores para ampliar as ações de enfrentamento ao trabalho infantil com vistas a responsabilização dos empregadores ou facilitadores de utilização de mão de obra infantil. O Quinto eixo do Monitoramento que é a avaliação de como está a execução do programa nas diversas esferas governamentais. O PETI passou por este redesenho com este novo formato em 2013 e para o município implantar o programa nesta configuração o governo federal em 2014 institui o cofinanciamento federal para municípios com alta incidência de trabalho infantil e Santos por conta dos dados do último IBGE de 2010 estava dentro destes municípios do estado de São Paulo. Acontece que este cofinanciamento federal atualmente foi extinto e o governo federal não repassa mais recursos para enfrentamento ao trabalho infantil. Esta questão é trazida para debate nos espaços da gestão do programa e o governo federal coloca que este recurso tinha um prazo para recebimento dos municípios uma vez que era para implantação e que já se passaram muitos anos e era esperado que o cofinanciamento municipal passasse a englobar essas ações de gestão para articular as políticas públicas de enfrentamento do trabalho infantil, mas o governo federal continua fazendo o cofinanciamento do enfrentamento do trabalho infantil por meio dos serviços, porque o enfrentamento do trabalho infantil é realizado pelo Serviço de Abordagem, pelo PAEF que é um serviço realizado dentro do CREAS, pelo CRAS através do Serviço de Convivência. Srª Marina ressalta que concorda em partes com esta justificativa porque de fato estes serviços existem para fazer atendimento às famílias em situação de trabalho infantil, mas discorda porque se o cofinanciamento do governo federal seja aplicado somente a serviços sociais do enfrentamento do trabalho infantil, reitera que o local de enfretamento a este fenômeno é assistência social e a existência de um cofinanciamento para o programa que tinha este viés de articulação com diversos agentes com o sentido de responsabilização das outras políticas públicas neste enfrentamento. A última parcela paga ao município foi em novembro de 2018 e desde então tem um saldo em conta no valor de R$ 33.850,68, a última consulta foi realizada no mês de setembro no blog do ministério que é aberto ao público em geral para

visualização das parcelas pagas ao município. Este valor está parado numa conta do Fundo Municipal de Assistência Social. Este recurso não pode ser utilizado para pagamento de serviços, porque já existe cofinanciamento do ministério para execução do serviço de abordagem e serviço de convivência. Ele precisa ser utilizado para as ações de gestões do programa e a ficha deste cofinanciamento é aberta só para convênio, porque durante muito tempo foi utilizado para pagar a ASPPE e para utilização para outras questões precisa fazer uma mudança nesta ficha. A mudança desta ficha se deu no final do ano de 2020 e com a mudança da gestão. Srª Marina fez uma apresentação da reprogramação de utilização deste recurso que foi aprovado primeiro pela secretaria do órgão gestor da assistência social. Conforme a Portaria nº 113/2015 qualquer recursos financeiros repassados pelo FNAS aos Fundos de Assistência Social dos Municípios poderão ser reprogramados para o exercício seguinte, porém precisa que a proposta de reprogramação seja analisada e aprovada pelo respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, a partir da aprovação do órgão gestor desta proposta de utilização do saldo reprogramado, a mesma foi direcionada para o Conselho Municipal que tramitou dentro das suas comissões e foi para plenária da AGO de outubro do CMAS, sendo aprovada estando apta para utilização deste recurso. Com aprovação R$4.000,00 será utilizado para formação, capacitação e educação permanente, onde este dinheiro vai ser disponibilizado no núcleo de educação permanente, um espaço que existe dentro da política de assistência social que é responsável por planejar ações permanente voltadas para trabalhadores do SUAS. R$ 11.000,00 será destinado para elaboração e divulgação de materiais que compõe o plano de comunicação, a principio criar o site do PETI dentro do site da prefeitura com publicação do programa, das ações de enfrentamento do trabalho infantil e divulgação das formas de notificação. R$16.000,00 será utilizado na contratação de serviços por tempo determinado para realização de estudos, pesquisas e serviços relacionados à erradicação do trabalho infantil. R$ 2.752,00 será destinado ao projeto "CREAS em movimento", ação em articulação com equipes do PAEFI do CREAS ZNO e do Serviço Especializado em Abordagem Social com a equipe de referência do PETI. Esta ação será desenvolvida no mês de novembro no Jardim Piratininga desenvolvendo uma ação coletiva com os adolescentes em situação de trabalho infantil em conjunto com o serviço de convivência tendo como objetivo promover vínculos com os adolescentes a partir do lúdico, do brincar e nos próximos encontros uma ação mais educativa. Estas ações estão previstas para acontecer no dia 25/11/2021 no período da tarde e a outra ação estará acontecendo no dia 17/12/2021. Srª Sandra Regina ressalta a importância de uma luta interna no município para conseguir garantir esta verba para desenvolver as ações, ainda que seja com emenda parlamentar. Sr. Luis Trajano destaca a importância da sensibilização com os empresários e CDL sobre a erradicação do trabalho infantil. Srª Marina relata que esta sendo elaborado um material de sensibilização que atenderá este público. Ressalta que a responsabilização dos comerciantes, empresários que fomentam o trabalho infantil dentro do seu espaço é responsabilidade da Gerencia Regional do Trabalho em conjunto com Ministério Público Trabalho que também recebem recursos do governo federal para ações de fiscalização do trabalho infantil. A assistência social não tem o papel de fiscalizar comércios ou outros facilitadores desta mão de obra. Srtª Raquel Cuellar ressalta que o plano nacional não está sendo cumprido e a violações dos direitos vem sendo cada vez mais constantes. É preciso fortalecer a rede de proteção! Srª Sandra Regina enfatiza a necessidade de estar sempre falando da Aprendizagem de

adolescente, Trabalho infantil e Violação do trabalho infantil, visando à erradicação do trabalho infantil que faz parte da ODS. **4. Avaliação das Atividades da CMPETI 2021;** Srª Ana Rosa Platzer (SEVIEP) relata que ao longo do ano de 2021 realizou várias oficinas relacionadas à notificação de violência interpessoal e auto provocada, oficina voltada para o combate ao trabalho infantil com a presença da equipe de abordagem presencial no auditório da secretaria da saúde, Três oficinas com orientadores educacionais da SEDUC de forma online, Duas oficinas com CREAS ZL e CREAS ZNO de forma presencial, Oficina sobre Mortalidade infantil, ação de enfrentamento do trabalho infantil com os profissionais do NASF de forma Online e roda de conversa na SEVEST na Saúde do trabalhador. Srª Sandra Regina sugere fazer um calendário com estas atividades para o ano de 2022 incluindo o Jovem doutor. Outra sugestão é tirar um dia da assembleia, juntar as duas comissões e fazer uma oficina o preenchimento e condução das fichas de notificação para o conhecimento de todos os membros das comissões. Na próxima AGO de dezembro será apresentada a continuidade das avaliações das ações realizadas no ano de 2021. **5. Informes do GT de Elaboração do Plano:** Srª Marina Carvalho apresentou o cronograma de ações do grupo de trabalho tendo como base o guia metodológico de elaboração os planos municipais de erradicação ao trabalho infantil que é um documento que o grupo tem discutido em reuniões anteriores. Foi organizado um subgrupo formado pela Raquel Cuellar, Marina Carvalho, Etienne Fontes e Thalita, fechando a primeira etapa da elaboração do plano que é o levantamento de dados e informações sobre o atendimento as crianças e adolescentes nas mais diversas políticas sociais. Será elaborado um questionário voltado para gestão das politicas sociais para analise de como se encontram o atendimento das crianças e adolescentes, como o enfrentamento do trabalho infantil nessas politicas sociais. No dia 08/12/2021 o subgrupo estará se reunindo para elaborar este questionário. Próxima etapa será o levantamento de dados e o mapeamento do trabalho infantil pelo olhar do serviço e não da gestão. Fazer levantamentos de dados com Serviços Socioassistenciais, com o Serviço de Abordagem, com o Conselho tutelar, com Gerencia Regional do Trabalho, com a Vigilância Epidemiológica, com o NAI que faz atendimento inicial com adolescente que comete o ato infracional de trafico de drogas e o prazo para executar esta ação é de dezembro a fevereiro de 2022. Nesta etapa a comissão deve reconhecer os dados que a gestão municipal já tem do diagnóstico sócio territorial da política da assistência e na próxima reunião de dezembro haverá uma apresentação da vigilância do diagnóstico. Próxima etapa da construção da análise situacional será a organização de um mapa de oportunidades referentes a entidades da sociedade civil que ofertam atividades para crianças, adolescentes e suas famílias, onde será utilizado o registro das entidades que têm registros no CMAS, CMDCA e assim fazer uma pesquisa de que ofertas são estas, quem é o público de atendimento, que territórios estão mais consolidados, que territórios têm ausências e a partir deste material a proposta é fazer roda de conversas nos territórios de alta incidência de trabalho infantil para fomentar uma análise qualitativa destas informações. A previsão que isto aconteça entre o mês de abril a maio de 2022. A partir destes dados será realizado um seminário para o processo de elaboração do novo plano. Previsto para acontecer no mês de junho. Do mês de junho a agosto será elaboração das propostas do plano para construir esta minuta do plano em subgrupos. Após a elaboração de proposta de minuta haverá outro seminário para socializar, discutir e aprovar o plano municipal. Fechamento previsto para o mês de outubro. Marina ressalta que o grupo de

trabalho ainda é pequeno focado na tarefa de levantamento de dados. Será instituído um grupo de trabalho ligado à secretaria de governo através de um decreto para elaboração do plano, onde cada secretaria estará enviando um representante para compor este grupo de trabalho. Este decreto tem por objetivo criar uma comissão para elaboração do plano. A SEPACON estará pedindo os nomes para as secretarias que por sua vez estará indicando os nomes que serão publicados em diário oficial. Srª Sandra Regina apresentou a minuta de convocação dos representantes das secretarias, onde serão convocados representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Cultura, Conselho Tutelar do Município de Santos – Zona Leste, Conselho Tutelar da Zona Central, Conselho Tutelar do Município de Santos – Zona Noroeste, Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil – CMPETI. A comissão solicita ainda a inclusão Secretaria de Segurança, Secretaria de Habitação, Secretaria de Emprego e Renda, Secretaria de Turismo. A comissão reitera ainda a importância da apresentação de um representante titular e suplente. **6. Elaboração do Calendário da CM-PETI para o ano de 2022;** Será apresentado na próxima AGO do mês de dezembro. **7. Definir data para a próxima reunião do Plano PETI;** Será definido na próxima AGO do mês de dezembro. **8. Assuntos Gerais:** Nenhum assunto apresentado. **Encaminhamento 01:** Retorno sobre os ofícios solicitados em novembro; **Encaminhamento 02:** Enviar e-mail para os participantes da ação do dia 11/12/2021 confirmando a reunião do dia 8/12/2021 às 15 horas pelo link https://meet.google.com/eyd-xqux-zvt; **Encaminhamento 03:** Solicitar ao SEPACOM, os materiais para a ação, carro para transporte no dia da ação, convite aos conselheiros do CMDCA para participarem da ação; **Encaminhamento 04:** Raquel, fazer contato com o CDL e administração do Miramar; **Encaminhamento 05:** Efetuar relação das atividades realizadas durante o ano de 2021 para análise na assembleia de dezembro; **Encaminhamento 06:** Pedir a inclusão no decreto de criação da comissão para elaboração do Plano PETI, as secretarias de Segurança, Habitação e Turismo, assim como enviar os ofícios solicitando os nomes dos representantes e respectivos suplentes; **Encaminhamento 07:** Pleitear recursos do tesouro para garantir o desenvolvimento do PETI - LDO de 2023; **Encaminhamento 08:** Elaborar um oficio para CadSUAS da SEDS solicitando apresentação diagnóstico sócio territorial da política da assistência.

Cláudio Oliveira — **Coordenadora da CM PETI**

Nélia Meire Eleutério de Souza — **Secretária da CM-PETI**

LISTA DE PRESENÇA – REUNIÃO ORDINÁRIA

18/11/2021 LISTA DE PRESENÇA – CM-PETI

NOME	REPRESENTATIVIDADE
Eloisa Veraldo	ESPRO
Rosemeiry de Lima Nemetz (Falta Justificada)	SMS / SEVREST
Vanessa Mezzette da Costa Nobrega	CIEE

Tania Aparecida Santiago	SENAI
Marina C. Perez Peña	SEDS
Karina Bortolini Passarin	CIEE
Caio dos Santos do Nascimento	SEMES
Luis Trajano de Oliveira	SEFN
Raquel Cuellar do Nascimento	ASPPE
Luiz Fernando C. De Souza	SESEG
Lilian A B Gardim	SEMES
Nélia Meire Eleutério de Souza	Fundação Settaport
Marina Fernandes Oliveira	SECULT
Ana Rosa Platzer	SEVIEP-SAÚDE
Luiz Otávio Galvão	SEDURB
Marina Fernandes Oliveira	SECULT
Etienne Fontes Soares Lopes	Serviço Especializado de Abordagem Social a Crianças e Adolescentes
Marcos Bento	Conselheiro Tutelar
Maria Dinalva de Carvalho Lisboa	Estagiária do Serviço Social da Unifesp
Sandra Regina dos Santos	Gabinete Vereador Cacá Teixeira